

HABEAS CORPUS Nº 546.876 - SP (2019/0348460-6)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : LEONARDO ANGELO TEIXEIRA
ADVOGADO : LEONARDO ANGELO TEIXEIRA - SP428876
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MURIEL MATHEUS GONCALVES WADA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de MURIEL MATHEUS GONCALVES WADA, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi preso em flagrante e, posteriormente, teve sua prisão convertida em preventiva pela prática, em tese, do delito de tráfico de drogas, tipificado no art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da prisão preventiva. O eg. Tribunal de origem, à unanimidade, denegou a ordem, em v. acórdão assim ementado:

"ENTORPECENTES. TRÁFICO (artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06). Prisão preventiva. Revogação. Impossibilidade. Existência de prova da materialidade da infração e de indícios suficientes de autoria. Prisão decretada por decisão suficientemente fundamentada. Presença dos requisitos da custódia cautelar. Substituição da prisão pelas medidas cautelares alternativas previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal. Inadmissibilidade. Medidas que são inadequadas e insuficientes. Constrangimento ilegal inexistente. Ordem denegada." (fl. 236).

Dáí o presente **mandamus**, no qual o impetrante repisa os argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de

constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea a justificar a decretação de sua segregação cautelar, reforçando que as condições pessoais do paciente seriam favoráveis.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva, mediante a imposição de medidas cautelares diversas, dentre aquelas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

A liminar foi indeferida às fls. 251-253 e as informações foram prestadas às fls. 257-261.

O Ministério Público Federal, à fl. 263, manifestou-se pela prejudicialidade do **writ**, em parecer ementado nos seguintes termos:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔPNEA PARA MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. RECONHECIMENTO PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. ALVARÁ DE SOLTURA EXPEDIDO.

PARECER PELA PREJUDICIALIDADE DO HABEAS CORPUS." (fl. 251)

É o relatório.

Decido.

O habeas corpus está prejudicado.

Isto porque, consoante informações prestadas pelo d. juízo de primeiro grau, a prisão preventiva do paciente foi revogada, **verbis**:

"Aos 22/11/2019 o representante do Ministério Público requereu a liberdade provisória do acusado, benefício este que veio a ser concedido ao acusado naquela mesma data, determinando a expedição de alvará de soltura." (fl. 258).

Desse modo, forçoso reconhecer a prejudicialidade da presente impetração, ante a perda superveniente de seu objeto.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, incisos XI e XX, do RISTJ,

Superior Tribunal de Justiça

julgo **prejudicado** o presente **habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator